

FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL, DA CRISE ESTRUTURAL E DO DESEMPREGO

Albani de Barros¹
Edva Emanuelle Gomes da Silva²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão relacionada à gênese da “questão social” e sua relação com o desemprego, a emergência das crises no capitalismo, principalmente no que se refere a crise estrutural do capital, e o desemprego enquanto uma das principais consequências da crise estrutural do capital para os trabalhadores. O objetivo é fazer com que essas três temáticas possam ser compreendidas como produtos peculiares do capitalismo, e que, portanto, são passíveis de superação no interior de uma nova ordem social radicalmente oposta e diferente do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Crise Estrutural do Capital. Desemprego. Questão Social. Trabalhadores.

ABSTRACT

This article brings a discussion regarding the genesis of the “social issue” and its relation to unemployment, the emergence of crises in capitalism, especially as regards the structural crisis of capital, and unemployment as one of the main consequences of the structural crisis the capital for the workers. The goal is to get these three issues can be understood as a peculiar product of capitalism, and, therefore, are likely to overcome within a new social order radically opposed and different from the capital.

KEYWORDS

Capital Structural Crisis. Unemployment. Social Issue. Workers.

1 INTRODUÇÃO

A gênese da “questão social” se deu a partir da consolidação do capitalismo enquanto modo de produção dominante na sociedade, o que a evidencia como um produto originado a partir do desenvolvimento histórico vivenciado pelos homens sob a égide do capital. Sua emergência foi possível devido a determinados fundamentos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que surgiram entre os sujeitos sociais, representados no capitalismo pela burguesia e pelo proletariado. Explicaremos seu aparecimento a partir de um ponto de vista histórico-crítico, principalmente no que diz respeito aos seus fundamentos de caráter social, econômico e político.

Para aprofundarmos a presente discussão, trataremos também do agravamento das expressões da questão social no momento em que o capitalismo monopolista adentra em uma crise, denominada por Mészáros (2011) de crise estrutural, a qual teve início a partir da década de 1970. Para compreendê-la em sua totalidade realizamos uma análise histórica acerca de algumas mudanças que ocorreram nos planos político e econômico.

Cabe, ainda, mencionar que antes de o capital entrar em uma crise de caráter estrutural, a economia capitalista vivenciou sucessivas vezes períodos de crises denominados como crises cíclicas, que serão explicitadas posteriormente. Isso nos leva a apresentar algumas das consequências oriundas da crise estrutural que atingem as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, principalmente no que se refere ao desemprego.

Finalizaremos, então, com uma breve discussão acerca do desemprego no capitalismo, das consequências que esse fenômeno traz para os trabalhadores e de sua funcionalidade para o processo de acumulação capitalista.

Desta forma, o objetivo do presente artigo é possibilitar ao leitor uma compreensão histórico-crítica acerca dessas três características intrínsecas ao modo de produção capitalista: “questão social”, a crise estrutural do capital e o desemprego. Nesse sentido, nosso intuito é compreender sua lógica e seus fundamentos, de forma a possibilitar condições para sua superação.

2 A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” E OS SEUS FUNDAMENTOS

De acordo com Netto (2011), o termo “questão social”³ data da terceira década século XIX e foi criado para explicar um fenômeno do crescente pauperismo na Europa, na emergente sociedade capitalista. Esse pauperismo ocorreu principalmente na Inglaterra, mas não apenas neste país. Porém, o fato de se agigantar na Inglaterra, representava um aspecto instigante, essa nação foi o lugar de origem da Revolução Industrial iniciada entre os séculos XVIII e XIX, sendo a região mais próspera e desenvolvida da economia mundial da época e berço no liberalismo.

Tal aspecto demonstrava não ser este um fenômeno ligado a escassez, como historicamente o pauperismo se deu, mas a novos determinantes. Surgiu no instante em que a grande maquinaria foi introduzida nas indústrias, substituindo parte da força de trabalho, trazendo como algumas de suas principais consequências para o proletariado aumento do desemprego e a presença de condições de vida e de trabalho degradantes.

De forma sintética, a “questão social” é a expressão da contradição e do antagonismo existente entre as classes burguesa e proletária, que se manifesta de diferentes formas, como por exemplo, por meio do desemprego, da fome, da violência, da pobreza, da miséria, da prostituição etc. A “questão social” se desenvolve a partir de fundamentos de caráter distintos, sejam eles econômicos, políticos e ideológicos. Contudo, seu fundamento mais profundo é o econômico, com desdobramentos políticos e ideológicos.

Identificamos por meio de Netto e Braz (2011), alguns dos fundamentos sociais que possibilitaram a emergência da “questão social”. Ela se originou a partir do momento em que na história se relacionam, de forma contraditória e antagônica, a burguesia e o proletariado. Esta contradição se expressa por meio do fato do proletariado produzir todo conteúdo material da riqueza social (MARX, 1988) existente na sociedade e esta riqueza ser apropriada pela burguesia.

3 A palavra “questão social” é escrita entre aspas para designar que ela é a designação abstrata de fenômenos concretos, ou seja, a “questão social” não é algo passível de ser visualizada, o que pode ser visto no âmbito do real são as suas formas de se expressar, suas manifestações e sequelas, como por exemplo, o desemprego, a violência, a fome, a pobreza etc. Santos (2012, p. 18) oferece uma observação importante acerca disso quando diz que “trata-se de afirmar a existência real não da ‘questão social’ e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista”.

O antagonismo que brota dessa contradição se manifesta por intermédio de unidades de interesses opostos, inconciliáveis e radicalmente diferentes de ambas essas classes. Fundamental, também, mencionar que o processo de acumulação capitalista forja as condições para a existência do pauperismo, uma vez que o aumento da composição orgânica do capital é propulsor tanto de um maior acúmulo de capital, como do crescimento das massas pauperizadas.

Articulando a existência dessas duas classes sociais com a presença do desemprego na sociedade, apenas uma delas sofre com as más condições de vida e de trabalho, e com o não acesso as condições materiais de existência, trata-se dos trabalhadores. Para esses últimos, o singular meio de sobrevivência depende da venda da única mercadoria que possui: sua força de trabalho. Já a burguesia, dispõe da propriedade dos meios de produção responsáveis pela realização do processo produtivo, portanto, seu processo de acumulação se baseia na contratação da força de trabalho daqueles que não têm outra opção, a não ser vendê-la e a apropriação de parte da riqueza por esses produzida.

Diante de tais considerações, cabe-nos argumentar que a propriedade privada dos meios de produção não é apenas uma coisa, ela determina relações sociais (SWE-EZY, 1993). A posse ou não desses meios é que determina qual a classe social que o indivíduo faz parte, e é a partir dessa posse que se estabelece uma relação de exploração de uma classe sobre a outra, no capitalismo leia-se: da burguesia sobre o proletariado.

No tocante aos fundamentos econômicos da “questão social”, o pensamento marxista⁴ busca explicitar sua gênese a partir do processo da acumulação capitalista-que, segundo Netto e Braz (2011), é o principal determinante da “questão social”, pois ao mesmo tempo em que ela proporciona por meio da produção mercantil o aumento da riqueza, ela o faz também em relação ao crescimento da pobreza, ou seja, ao invés dos burgueses e proletários alcançarem um mesmo patamar no que se refere às suas condições de vida, o que ocorre com o desenvolvimento do capitalismo é o “enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 147). Observaremos então a seguir como se compõe esse processo de acumulação do capital.

A gênese da “questão social” encontra-se na acumulação do capital (NETTO, 2006). Esta acumulação é realizada por meio dos processos de concentração e de centralização de capital. No tocante a concentração esta nada mais é do que o aumento que os grandes capitalistas realizam na composição orgânica do capital⁵, isto

4 Sobre maiores detalhes acerca dos fundamentos econômicos que resultaram no surgimento da “questão social”, ver Pimentel (2007), Santos (2012) e Netto (2006).

5 A composição orgânica do capital “consiste na relação entre o valor do capital constante (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.) e capital variável (parte do capital destinada à compra da força de trabalho) dentro do processo de produção capitalista” (SANTOS, 2009, p. 3). O que implica em dizer

é, quando a burguesia ao invés de investir altos montantes de capital na compra da força de trabalho o faz em relação à aquisição dos meios de produção para aumentar a produtividade, ou seja, para produzir maiores quantidades de mercadorias em menores períodos de tempo, economizando nos gastos com a força de trabalho, fazendo com que a parcela do trabalho vivo que não foi utilizada e substituída por tais meios fique desempregada, ou tenha o valor do seu salário diminuído.

O próprio Marx (1996, p. 254) descreve que: “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que *o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação*” (Grifos nossos).

Durante o processo de acumulação capitalista, a mudança na composição orgânica do capital, impele a alocação de um maior volume de capital constante em relação ao capital variável, o que por sua vez impulsiona a maiores níveis de produtividade. Isto significa produzir maiores quantidades de mercadorias em menores períodos de tempo e com menor utilização de força de trabalho, implicando na economia nos gastos com a força de trabalho, fazendo com que a parcela do trabalho vivo que não foi utilizada seja substituída por meios de produção mais aperfeiçoados, tendo o como resultado o desemprego para esses trabalhadores, ou que tenha o valor do seu salário diminuído.

No que concerne aos desdobramentos políticos da “questão social”, destacamos a luta de classes, considerada por Santos (2012, p. 30), como “ineliminavelmente constitutiva da ‘questão social’”. Foi com o protagonismo da luta de classes que os trabalhadores começaram a assumir um posicionamento político em face das péssimas condições de vida e de trabalho a que vinham sendo submetidos, significando para a burguesia uma ameaça a manutenção da sua ordem, em que o trabalhador ao perceber que estava sendo extremamente explorado, trabalhando por longas jornadas de trabalho, recebendo baixos salários que não proporcionavam a sua sobrevivência nem a da sua família, que o desemprego estava aumentando, passou a reivindicar por melhorias por meio da realização de greves, protestos, paralisações, inserção em movimentos sociais como o movimento operário, entre outros.

Conforme Netto (2011), se os trabalhadores não tivessem se manifestado contra essas más condições de vida e de trabalho que vivenciavam as conquistas que obtiveram por meio da luta organizada (regulamentação da jornada de trabalho, criação de legislações trabalhistas e de organizações representativas como sindicatos etc.) não teriam sido alcançadas.

que há um aumento na composição orgânica do capital, quando a burguesia investe mais capital na compra dos meios de produção do que na força de trabalho; e uma diminuição na composição orgânica do capital é quando os capitalistas investem mais capital no pagamento da força de trabalho do que na aquisição dos meios de produção.

Dessa forma, entende-se que o posicionamento político assumido pelos trabalhadores em face do Estado e da burguesia, para que estes dessem respostas que trouxessem melhorias em suas condições de vida e de trabalho, foi fundamental para que a “questão social” pudesse vir à tona. Portanto, a luta de classes travada entre capitalistas e trabalhadores expôs na história o caráter antagônico e contraditório das relações sociais e de produção estabelecidas entre esses dois sujeitos.

Portanto, a partir dos fundamentos sociais, econômicos e políticos da “questão social” que foram analisados nesse primeiro momento, podemos afirmar e reforçar a ideia de que a “questão social” é um produto específico e particular do modo de produção capitalista. Sendo assim, a “questão social” desde sua emergência entre os homens não tem nada de natural, muito pelo contrário, ela é produto, resultado, fruto das relações econômicas desta sociedade. Em outras palavras, a “questão social” surgiu a partir de uma série de fenômenos socialmente vivenciados pelos homens.

Vê-se, então, que a “questão social” da mesma forma que emergiu pode também ser suprimida. No entanto, esta supressão só é possível de se realizar em uma socialidade radicalmente diferente da atual, visto que ela faz parte da lógica constitutiva do capital. Logo, o fim da “questão social” implica também a extinção do capitalismo.

3 AS CRISES DO CAPITAL: DAS CÍCLICAS À ESTRUTURAL

A história do capitalismo enquanto sistema econômico e social é relativamente recente, suas bases fundamentais apenas se impuseram por completo na passagem do século XVIII para o XIX, com a ocorrência de dois episódios importantes para sua consolidação, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Segundo Netto e Braz (2011), o capitalismo desde o momento em que se instaurou na sociedade como modo de produção dominante vivenciou crises, a primeira de que se teve notícia ocorreu no século XIX, em 1825, atingindo praticamente somente a Inglaterra, visto que esta foi a primeira região do mundo onde se realizou a Revolução Industrial e o polo mais desenvolvido e pujante na economia capitalista no século XIX.

No contexto do capitalismo concorrencial, as crises eclodiam num período temporal a cada oito ou doze anos, e a mais grave crise do século XIX surgiu em 1873. Desde então, a ocorrência de crises tem sido parte integrante e rigorosamente impossível de ser completamente superada na ordem do capital.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2008), os períodos em que o capital cresceu economicamente no início de sua consolidação até o aparecimento do capitalismo monopolista, os ciclos de crises foram seguidos por cerca de catorze colapsos, o que demonstra que tal fenômeno não é meramente acidental ou o resultado de uma de-

formidade no funcionamento do sistema, muito pelo contrário, a “existência de crises na sociedade burguesa não é um defeito, nem um acaso, as crises são elementos constitutivos do capitalismo e de seu sistema de reprodução” (BARROS, 2013, p. 25).

Portanto, a afirmação de que “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 167) é verdadeira, e continuará a ser válida enquanto estiver vigente entre os homens a sociabilidade regida pelo capital. O que nos leva a compreender que, assim como a “questão social” e como o desemprego,

[...] a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC⁶, a crise é *constitutiva* do capitalismo. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 167).

O cenário do capitalismo monopolista do século XX foi marcado por crises ainda mais graves, seu lapso temporal se tornou mais curto e a severidade dos colapsos no sistema se tornaram mais graves. Em 1929 o capitalismo passou por uma de suas mais graves crises, sendo necessária a implementação de políticas macroeconômicas e o surgimento de instituições internacionais com o objetivo de reduzir os impactos das crises, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Contudo, há um elemento que é a base das crises no capitalismo, estas possuem sua gênese mais profunda na superprodução de mercadorias, em outras palavras, “as crises ocorrem em razão do excesso de produtos no mercado gerarem um aumento na oferta sem um correspondente aumento da procura” (BARROS, 2013, p. 25). O resultado de tal situação é a diminuição nos preços das mercadorias, o que acaba por promover a queda nas taxas de lucratividade, restringindo as possibilidades de ampliação da acumulação de capital. A continuidade e a abrangência de tal processo é que leva a economia às crises. Dessa forma, a abundância de algum produto, que poderia ser o motivo de contentamento em outras sociedades, acaba sendo a razão maior para o desespero do capitalista.

É apropriado mencionar que os aspectos até aqui relatados não devem ser direcionados para um entendimento de *naturalização* das crises, tal interpretação é a pretendida pela apologética burguesa, que procura demonstrar a crise como um elemento imprevisível, como um defeito casual, como oriunda de uma força externa inclusive a própria dinâmica da acumulação de capital.

6 A sigla MPC é utilizada por Netto e Braz (2011) para designar de forma mais simples a expressão modo de produção capitalista.

Todavia, conforme Netto e Braz (2011, p. 167. Grifos do autor) “as crises são inevitáveis *sob o capitalismo*; mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia *estruturalmente diferente* da organização capitalista, capaz de suprimir as causas das crises”. Nesse sentido, é plausível avaliar que se a causa das crises no capitalismo possui sua raiz na superprodução de mercadorias, não simplesmente na abundância de bens, apenas com a supressão das relações mercantis capitalistas, inclusive aquela que funda o modo de produção capitalista, o trabalho assalariado e seus complexos que o sustentam, seria possível suprimir as crises.

Desta forma, torna-se necessário analisarmos brevemente algumas alterações que ocorreram nos planos: político e econômico, no período das Três Décadas Gloriosas do Capital, bem como no contexto da década de 1970, em que o capital começou a criar respostas como tentativa de sair da crise estrutural na qual adentrara.

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, o capital se utilizou de algumas estratégias para recuperar sua taxa de lucratividade, que diminuiu significativamente devido a três fatores, os quais Lessa (2011) identificou como: a diminuição do consumo, pois durante o conflito armado as pessoas economizavam o dinheiro que tinham para comprar somente aquilo que fosse necessário a sua sobrevivência; o aumento do desemprego, visto que com o fim da guerra os soldados que retornaram do combate ficaram desempregados; e a diminuição da produção bélica do período da guerra devido a esta ter chegado ao fim.

No pós-guerra, o capitalismo vivenciou uma fase de significativo crescimento econômico que se deu por volta dos anos de 1945 a 1975, momento este que ficou conhecido como as três décadas gloriosas do capital ou os anos de ouro do capital que diz respeito à união do Keynesianismo com o fordismo, resultando no aumento da produção e do consumo em massa.

O Estado de Bem-Estar Social foi um conjunto de ações desenvolvidas pela esfera estatal, como por exemplo, por meio da criação de quase pleno emprego e da elaboração de diversas políticas sociais para os trabalhadores (saúde, educação, moradia, previdência social, assistência social etc.), com o objetivo de fazer com que eles pudessem consumir mais mercadorias, proporcionando ao capital o aumento da produção e a elevação cada vez maior dos seus lucros. Logo, a preocupação do Estado não era construir tais políticas e tomar ações que possibilitassem aos trabalhadores a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, mas tão somente por intermédio desses mecanismos elevar a obtenção da lucratividade da burguesia.

Junto ao Keynesianismo esteve o fordismo, que segundo Santos (2009) se trata de um padrão de acumulação capitalista que alterou a produção e o modo de trabalho do proletariado, ou seja, as indústrias passaram a produzir em massa; de forma rígida e padronizada; com as mercadorias sendo produzidas em um úni-

co modelo; visando o combate do desperdício de matéria-prima e do tempo de produção. Os operários trabalhavam por meio da operacionalização de uma única atividade desde o início até o final do processo produtivo; realizando um número limitado de gestos e de movimentos repetitivos, o que resultou na desqualificação do proletariado; entre outros aspectos.

Porém, a vigência do *Welfare State* e do fordismo não conseguiu ser mantida por mais tempo do que os trinta anos, o que possibilitou aos capitalistas o aumento da produtividade, da lucratividade e do consumo. Sendo assim, a capacidade do capital conseguir conviver com o crescimento da produção mercantil foi encontrando cada vez condições mais estreitas para promover o ciclo de valorização do capital. Além disso, a crise deixou de ser um episódio intermitente e se transformou numa tragédia perene e contínua. Dessa forma, a produção tendo por solo a crise estrutural passa a ser o modo decisivo de reprodução do sistema do capital, e a acumulação destrutiva sua forma de interação com a sociedade.

No auge do capitalismo monopolista, após três décadas de forte crescimento econômico e de taxas de desemprego bastante moderadas nos países centrais – especialmente na Europa –, o capitalismo entra na década de 1970 sob o impacto de uma nova e severa crise, ao qual Mészáros (2011) denomina como “crise estrutural”.

Conforme Mészáros (2011), ao entrarmos na última quadra do século XX, o capitalismo esgota qualquer possibilidade civilizatória e entra num momento histórico marcado pelo amadurecimento de sua essência mais íntima, sua desumanidade. De acordo com esse autor, existem quatro características que definem a crise estrutural do capital e que a diferencia das crises de caráter cíclico, são as seguintes: 1) a crise cíclica atinge apenas algumas esferas da sociedade, como por exemplo, o comércio e as instituições bancárias, enquanto que na crise estrutural a sociedade como um todo é atingida, nenhuma esfera fica de fora da crise, logo, todas acabam passando por ela; 2) na crise cíclica apenas alguns países a vivenciam, já na crise estrutural todos os países do mundo são afetados por ela, variando somente o seu grau de intensidade, podendo a crise estar mais grave em algumas regiões e não tão graves assim em outras, porém existindo em todas elas.

E ainda: 3) na crise cíclica o seu tempo de duração era mais curto, limitado, em que havia períodos de crescimento e de retração econômica, enquanto a crise estrutural é permanente, sem haver momentos com alto crescimento da economia; 4) e por fim, a crise cíclica se desenvolvia de forma mais lenta, nas palavras de Mészáros (2011), “seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*”, sendo passível de solução, e por sua vez, a crise estrutural tende cada vez mais a se aprofundar, sem a possibilidade de ser solucionada no interior do capitalismo, mas somente em uma sociedade radicalmente diferente desta em que vivemos.

Como resposta a sua crise estrutural, a reestruturação produtiva fez com que o fordismo fosse sendo deixado de lado e em seu lugar se implementasse o toyotismo, oriundo do Japão, o qual se expandiu nas indústrias por volta do ano de 1979, tendo como seu criador, o engenheiro Taiichi Ohno. Segundo Santos (2009), como o Japão após a Segunda Guerra Mundial teve sua economia arrasada, crescendo muito pouco e de forma lenta, sem condições financeiras de introduzir o fordismo no âmbito produtivo, visto que este padrão de acumulação exigia altos gastos devido à produção que realizava ser em massa. Isto fez com que Ohno criasse um modelo de produção que possibilitasse ao território japonês a sua recuperação econômica.

Sendo assim, o toyotismo tem como principais características: a produção por demanda do mercado⁷, ou seja, as mercadorias serão produzidas de acordo com a procura dos consumidores pelos produtos de forma flexível e com as mercadorias sendo produzidas em diversos modelos; visando a realização dos cinco zeros⁸. Os operários trabalham por meio da operacionalização de várias atividades, chamada também de polivalência, que é quando determinado trabalho antes era realizado, por exemplo, por quatro trabalhadores e passa a ser feito agora apenas por dois.

Neste trabalho as mercadorias que são produzidas têm o seu tempo de funcionamento reduzido, para exemplificar, se durante o fordismo uma geladeira funcionava por dez anos, a partir do toyotismo ela passa a funcionar apenas durante o período de cinco anos. É introduzido o *just in time*, caracterizado pelo melhor aproveitamento de tempo possível na produção; e o *kanban*, que é a exibição de placas que mostravam a quantidade de mercadorias que foram produzidas e as matérias-primas que estavam faltando para serem repostas no processo produtivo.

No plano político, o Estado adotou o neoliberalismo, que de acordo com Paniago (2012), o neoliberalismo diz respeito às medidas de caráter econômico, político e social com o objetivo de fazer com que o capital encontre uma saída da crise estrutural em que se encontra, no sentido de recuperar a lucratividade que vem perdendo

7 Santos (2009) menciona uma citação interessante, explicitando bem como se dá a produção por demanda no toyotismo: "o sistema baseia-se um pouco no exemplo dos supermercados: enchem-se as prateleiras, os clientes vêm, se servem e, conforme fazem as compras, a loja volta a encher as prateleiras" (GOUNET, 1999, p. 26).

8 Os cinco zeros que caracterizam o toyotismo são definidos da seguinte forma: Zero estoques: a criação de estoques deve ser evitada, pois a produção não é mais em massa como no fordismo, e sim operacionalizada por meio da demanda do mercado; "Zero atrasos: a demanda puxa a produção, o fluxo comanda o crescimento, um cliente não deve esperar para comprar; Zero defeitos: cada posto de trabalho controla a qualidade do trabalho do posto de trabalho precedente; Zero panes: as máquinas nunca são usadas com a capacidade plena e são escolhidas não em função de seu avanço técnico, mas de sua função na cadeia, para uma operação simples é preferível uma máquina simples; Zero papeis: o kanban reduz bastante as ordens administrativas e a papelada em geral" (SANTOS, 2011, p. 156).

desde então. Dois exemplos que podem ser citados acerca dessa série de medidas são os cortes nos gastos sociais, isto é, o Estado se desresponsabiliza de algumas ações, como a criação de políticas sociais para os trabalhadores, passando essa responsabilidade para o âmbito privado, da sociedade civil e do terceiro setor (ONG's); e a privatização das empresas estatais, fazendo com que o dinheiro que deveria ser investido na esfera pública passe a ser direcionado para a área privada etc.

Logo, os reflexos na vida humana desse processo destrutivo é que o caráter de reprodução continuada da crise incorpora este como se fosse um aspecto natural, e assim, todo cortejo de perversidades que tomam conta de nossas vidas vão tornando os indivíduos mais indiferentes às consequências mais brutais da crise (LESSA, 2006; BARROS, 2013). O que implica em dizer que os rebatimentos da crise estrutural e das respostas criadas pelo capital como tentativa de sair desse período crítico recaem de modo mais grave e contundente sobre o trabalhador, que vem sendo atingido pela terceirização, precarização, flexibilização, desemprego, entre outros.

Mostraremos agora algumas situações em que essas consequências para os trabalhadores podem ser visualizadas. No que se refere à terceirização, há uma desresponsabilização das empresas contratantes acerca dos direitos que elas deveriam prestar aos trabalhadores, quando estes, por exemplo, sofrem algum acidente ou precisa de atendimento médico, assistencial, previdenciário etc. Nesse caso, a força de trabalho ao estar vinculada a uma empresa terceirizada, desvincula a empresa que contratou o serviço dos trabalhadores de qualquer compromisso legal; já no que diz respeito à precarização, temos a presença de más condições de trabalho, de longas jornadas de trabalho, entre outros; com a flexibilização ocorre a realização de contratos temporários, o desmonte da legislação trabalhista que intensifica o aumento da exploração do trabalho, a entrada dos trabalhadores desempregados no mercado informal etc. O desemprego será analisado a seguir, pois compreendemos que ele é uma das principais consequências da crise estrutural do capital para os trabalhadores.

4 O DESEMPREGO E ALGUMAS DE SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

Dentre as consequências que a crise estrutural traz para os trabalhadores, entendemos que o desemprego é uma das mais graves, gerando sobre eles efeitos extremamente negativos. Partindo da compreensão de Netto e Braz (2011), que afirmam que quando o modo de produção capitalista se consolidou na sociedade, uma das principais consequências que provocou sobre a vida dos trabalhadores foi o desemprego, denominado também por Engels, de exército industrial de reserva, e por Marx, de população excedentária ou superpopulação relativa. Isso se refere aos trabalhadores que não conseguem ter a sua força de trabalho comprada, ficando inativos no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2011), é importante observar que a existência do desemprego não é uma opção escolhida por alguns capitalistas, mas ela é o resultado da própria dinâmica de acumulação do capital em todo o seu conjunto. Dessa forma, o desemprego é um componente intrínseco, próprio e inerente ao capitalismo, é uma condição necessária para que a acumulação de capital possa ser reproduzida.

Portanto, independente do número de trabalhadores desempregados serem mais elevados ou menores, o que vale lembrar, é que sempre houve e sempre haverá no modo de produção capitalista o desemprego, visto que ele faz parte da lógica do próprio metabolismo do sistema. É necessário e útil. Desempenha funções importantes que beneficiam a classe burguesa em diversos sentidos (NETTO; BRAZ, 2011).

Estes benefícios podem ser encontrados por meio do aumento da exploração do trabalho e da diminuição do salário pago aos trabalhadores, pois, por exemplo, se o índice de desemprego estiver elevado, os trabalhadores que estão ativos no mercado de trabalho acabam se submetendo às diversas situações impostas, inclusive a intensificação da exploração do trabalho e a redução do valor do salário, posto que eles podem se sentir ameaçado em serem demitidos, caso recusem trabalhar de modo mais intenso e por um valor reduzido, isto porque o único meio que dispõem para sobreviver é vendendo sua força de trabalho em troca do salário.

Outro benefício que a burguesia possui em face do desemprego é o enfraquecimento da organização sindical dos trabalhadores, que se dá no sentido de fazer com que estes ao perceberem que o desemprego está crescendo deixem de realizar reivindicações por melhorias em suas condições de vida e de trabalho, por meio da organização de greves, paralisações, protestos, entre outros, posto que, caso os capitalistas identifiquem os que participaram de tais mobilizações demitindo-os, provoque naqueles que continuaram trabalhando o receio de participarem do movimento sindical para não fazerem parte da parcela desempregada da sociedade.

O uso de mecanismos tecnológicos no lugar da força de trabalho, também é benéfico para a lógica burguesa, visto que o maquinário, ao contrário dos trabalhadores, não realiza reivindicações por melhorias salariais, não é atingido por doenças, não tem que se ausentar do local de trabalho para satisfazer necessidades fisiológicas como comer, beber, ir ao banheiro, dormir para retornar no dia posterior ao trabalho, não precisa de moradia etc. O que implica em dizer que a tecnologia ao ser introduzida na esfera da produção, permite aos capitalistas economizarem capital no gasto com o pagamento salarial do trabalhador, bem como eles obtém um avanço maior no que se refere à produtividade das mercadorias.

No entanto, a tecnologia por si só não explica a existência do desemprego, pois se apenas ela explicasse este fenômeno poderíamos afirmar que a solução para tal situação seria o fim do uso tecnológico na produção e nas demais esferas da sociedade.

Contudo, apesar do desemprego trazer benefícios para os capitalistas, ele se constitui ao mesmo tempo como um obstáculo à acumulação de capital. Como exemplo de como o desemprego limita a expansão do capital é que, se por um lado, o desemprego significa para a burguesia uma das estratégias para a redução dos gastos de capital com a compra da força de trabalho, por outro lado, ele provoca a diminuição do consumo por parte dos trabalhadores (BEZERRA, 2013), pois se estes se encontram desempregados e, portanto, sem recursos financeiros, acabam ficando sem a possibilidade de compra devido ao fato de não terem de onde retirar o dinheiro necessário para consumir, diminuindo, conseqüentemente, o lucro da burguesia.

Além disso, o desemprego tem outra contradição, a qual pode ser explicada por meio da análise do processo de produção da mais-valia, principal fonte de lucro da burguesia, em que esta classe obtém sua riqueza ao se apropriar do trabalho excedente. Tal processo produtivo é expresso de forma bem sucinta por Netto e Braz (2011), a partir da fórmula $D - M - P - M' - D'$, que é desenvolvida da seguinte maneira: para que seja dado início à produção mercantil, o burguês investe uma determinada soma de capital (**D**) para comprar algumas mercadorias (**M**), os meios de produção e a força de trabalho. Esta última ao se utilizar dos meios de produção para produzir as mercadorias (**P**) irá gerar como resultado da sua ação outra mercadoria (**M'**), que possui um valor até então inexistente, o qual só foi possível de ser criado a partir do uso da força de trabalho. Tal valor diz respeito à mais-valia ou trabalho excedente, que não é apropriado pelo proletário que a produziu, mas pela classe detentora dos meios de produção, a burguesia. Quando essa mercadoria originada na produção é vendida, o burguês adquire um montante maior de capital (**D'**) do que aquele investido no início do processo produtivo.

Sendo assim, compreendemos que todo esse procedimento evidenciado acima, indica que quanto mais a força de trabalho realiza a atividade produtiva, maior é a riqueza apropriada pelo burguês. Portanto, quando significativas parcelas do proletariado encontram-se desempregadas, a geração de mais-valia e o crescimento da riqueza do capitalista, se veem retraídos, pois a única forma possível de obter o trabalho excedente é por meio da produção realizada única e exclusivamente pelo conjunto dos proletários. Logo, a presença do desemprego limita a continuidade desse processo produtivo, trazendo obstáculos à acumulação e à expansão do capital.

De acordo com Bezerra (2013), o desemprego provoca, ainda, duas outras conseqüências, o aumento da realização de crimes e a resistência de alguns trabalhadores como forma de responderem a esse fenômeno social. No que concernem ao primeiro, algumas pessoas acabam praticando ações criminosas como um meio de conseguir ter acesso aos bens que proporcionem, no mínimo, o atendimento de necessidades básicas, como a de se alimentar e se vestir. E no que se referem ao segundo, os trabalhadores começam a resistir ao desemprego por meio, por exemplo, da realização de protestos, pois como ele ocasiona o agravamento das suas condições

de vida, chega um momento em que a população começa a se mobilizar como modo de encontrar “soluções” ou de amenizar as más situações que vivenciam cotidianamente devido ao desemprego.

Ao entendermos que o desemprego traz benefícios para a burguesia e consequências nocivas para os trabalhadores, suas contradições são impossíveis de serem superadas no interior do capitalismo. O seu fim não é possível de ocorrer enquanto estiver em vigência a sociedade capitalista, mas tão somente em uma ordem social radicalmente diferente desta em que vivemos, pois o desemprego faz parte da lógica constitutiva da sociabilidade regida pelo capital. Logo, é um produto construído socialmente e passível de transformação, pois surgiu a partir de um determinado contexto histórico (Revolução Industrial – séculos XVIII e XIX) e, pode ser superado por meio da construção de uma nova ordem social radicalmente diferente da atual, em que “no lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (MARX, 2008, p. 46).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista provocou algumas mudanças que em sua maioria foram e são prejudiciais, principalmente, para os trabalhadores, no sentido de que o capital ao vivenciar períodos de crise aumenta, de forma acentuada, a presença das más condições de vida e de trabalho dessa parcela da sociedade. Sendo assim, o agravamento das expressões da “questão social”, da crise estrutural e do desemprego tende a ser alargado sob a ordem do capital, visto que as contradições inerentes ao capitalismo no atual contexto de crise, também, têm uma tendência de se exacerbarem ainda mais.

Deste modo, compreendemos que tanto as expressões da “questão social”, quanto a crise estrutural do capital e o desemprego estão presentes nos países capitalistas centrais e periféricos, e no que concerne às regiões da periferia do capital as consequências desse tripé (“questão social”, crise e desemprego) para os trabalhadores que nelas vivem são ainda mais agravantes. Isto pode ser visualizado por meio do aumento da pobreza, da miséria, do desemprego, da violência, da fome etc., nas áreas mais pobres do capital, o Brasil e a África são exemplos.

Entretanto, não queremos dizer que a “questão social” e suas manifestações, a crise estrutural do capital e o desemprego são condições eternas e imutáveis entre os homens. Nosso propósito é mostrar que tais características compõem a lógica e a dinâmica do capitalismo, e que sua solução só será possível de ser concretizada por meio da construção de uma sociabilidade radicalmente diferente desta em que vivemos. Uma sociedade emancipada, em que o trabalho assalariado seja substituído pelo trabalho associado, ou seja, onde todos os seres humanos trabalhem e tenham

acesso aos bens necessários a sua subsistência; uma ordem social em que não existam classes sociais, nem exploração e opressão de um homem sobre o outro, mas que todos sejam livres; uma sociedade em que o Estado seja suprimido e todos participem coletivamente da tomada de decisões; e finalmente, uma ordem social onde a propriedade dos meios de produção deixe de ser privada e passe a ser comunal, tendo como donos cada um de nós.

REFERÊNCIAS

BARROS, Albani. Crise estrutural do capital e a destruição ambiental. **Revista Interfaces** – Humanas e Sociais, v.1, n.3, Maceió, jun. 2013. p.21-31.

BARROS, Albani; BARBOSA, Luciline; GOMES, Bianca. Refletindo Sobre o *Welfare State* e a Crise Estrutural do Capital. **Revista Cadernos de Graduação** – Humanas e Sociais, v.2, n.1, Maceió, maio 2014. p.87-102.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. V.1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. V.1, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. Engels. F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era Fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho - mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. VI Colóquio Internacional Marx e Engels, **Anais...** Campinas: Unicamp, 2009.

Recebido em: 05 de outubro de 2014

Avaliado em: 05 de outubro de 2015

Aceito em: 06 de outubro de 2015

1. Mestre em Serviço Social pela UFAL e doutorando em Serviço Social pela UFPE. Professor do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Coordenador do Grupo de pesquisa sobre Crise Estrutural do Capital e as Transformações no Mundo do Trabalho. E-mail: albanibr@hotmail.com

2. Graduanda em Serviço Social Centro Universitário Tiradentes – Unit e aluna participante Grupo de pesquisa sobre Crise Estrutural do Capital e as Transformações no Mundo do Trabalho. E-mail: edvagomes@yahoo.com